



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

- **Área Responsável pela Reunião:** SEGOV/GPRE/TRT16
- **Nome do Projeto:** PROJETO LINGUAGEM SIMPLES

Data	Horário			Local	Coordenador da reunião	
25/03/2025	Início	10h	Término	12h	Espaço INOVALAB TRT16 - https://meet.google.com/exy-qcfz-uvo?hs=224	Aline Cristina Sales Lobato

2. PARTICIPANTES

2.1. Internos:

	Nome	Cargo / Função	Unidade
1	Aline Cristina Sales Lobato	Técnico Judiciário	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
2	Maria Nilde Alencar de Lima Costa	Analista Judiciário - Assistente de Juiz	2ª Vara do Trabalho de Imperatriz
3	Fábio Henrique Moreira dos Santos	Técnico Judiciário - Apoio Administrativo da Diretoria Geral	Diretoria Geral
4	Leila Santos Sousa	Técnico Judiciário - Apoio à Estatística	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
6	Silvia Maria Pontes de Castro	Analista Judiciário - Assistente de Juiz	Secretaria de Governança e Gestão Estratégica
7	Gisélia Castro Silva	Técnico Judiciário	Setor de Acessibilidade e Inclusão

3. PAUTA DA REUNIÃO

- Definir as ações e iniciativas do Projeto Linguagem Simples;
- Definir unidades que poderão colaborar
- Definir cronograma
-

4. DISCUSSÃO DA PAUTA

Às 10h, foi aberta a reunião de forma híbrida, presencial e virtual, contando com a presença dos servidores e servidoras acima mencionados. A servidora convidada, Maria Nilde Alencar de Lima Costa, lotada na 2ª Vara do Trabalho de Imperatriz, interior do Estado do Maranhão, participou remotamente, e o servidor convidado Fábio Henrique Moreira dos Santos, lotado na Diretoria Geral, de modo presencial. Presente, ainda, a servidora Gisélia Castro, lotada no Setor de Acessibilidade e Secretária do Subcomitê, assim como, a chefe da Secretaria de Governança, Silvia Castro e as outras servidoras do referido setor.

A reunião tem o objetivo de dar seguimento ao projeto de linguagem simples, que visa fomentar a aplicação de práticas inovadoras em documentos judiciais e administrativos, trazendo uma simplificação e ampliando a acessibilidade aos mais diversos usuários da Justiça, de acordo com o Pacto Nacional do Judiciário da Linguagem Simples pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) bem como a Recomendação CNJ nº 144/2023.

A servidora Aline Lobato, designada como laboratorista, conduziu a atividade, aplicando a metodologia de *design thinking* com a equipe presente, a fim de definir problemas e necessidades, coleta e análise de dados, construção de potenciais soluções visando o fomentar essa prática inovadora em documentos redigidos nas unidades administrativas e judiciárias, trazendo uma simplificação e ampliando a acessibilidade aos mais diversos usuários da justiça e ampliação do acesso à justiça.

Na ocasião, foi dado ciência aos participantes acerca dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade (Portaria Nº 411 de 02/12/2024), referente à Acessibilidade (art. 9º, XIV) e Política de Gestão da Inovação (art. 9º, XV), cujo projeto escolhido para cumprimento destes requisitos foi o projeto de Linguagem Simples.

Dando seguimento, a atividade foi dada a palavra a servidora Maria Nilde, convidada para compartilhar sua experiência como PCD, que relatou sua experiência e vivência como pessoa e profissional com deficiência. A servidora agradeceu o convite e destacou a importância do referido projeto para ampliar o acesso à Justiça, visando adaptar e adequar os despachos de forma de todos possam compreender, sejam estes PCD, pessoas de baixo letramento ou baixa escolaridade. Destacou, ainda, sobre a importância em se promover a inclusão e valorização dos trabalhadores PCD, desenvolvendo a auto estima e integração. Por fim, ressaltou que trabalha como Assistente de Juiz, e que juntamente com o magistrado, vem implementando recursos voltados à metodologia de linguagem simples nos despachos e sentenças.

O servidor Fábio Santos, destacou que entende de suma importância a comunicação de forma simples nos documentos judiciais, como sentenças e despachos, bem como nos expedientes administrativos. Ressaltou a importância em se treinar servidores e recepcionistas para o adequado atendimento de pessoas com baixo letramento, PCD e outros.

Dando seguimento, foram realizadas as etapas de empatia e ideação.

Foram sugeridas como ações a elaboração de um manual com orientações em linguagem simples e acessível para pessoas com deficiência, realização de um evento presencial para fins de integração e inclusão e, capacitação para servidores e recepcionistas.

O projeto é destinado a todos os magistrados(as), servidores(as), advogados(as), partes e demais pessoas usuárias dos serviços prestados por esta justiça especializada, trazendo uma simplificação e ampliando a acessibilidade.

A Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, juntamente com o Setor de Acessibilidade, deverão formatar o material coletado na oficina de *design thinking* que será compilado em formato de projeto para aprovação e cadastrado na

plataforma RenovaJud, contendo o cronograma de ações, dando seguimento as etapas de prototipação e experimentação, acompanhando o desenvolvimento do referido projeto.

Por fim, considerando que o Laboratório de Inovação deste Regional desenvolve projetos com cooperação com as demais unidades deste Regional, é importante a capacidade e o engajamento de outros servidores e unidades estratégicas deste Regional.

Nada mais havendo, encerrou-se a reunião.

5. ASSINATURA

5.1. Segue a presente Ata de Reunião assinada eletronicamente pelos participantes acima identificados.



Documento assinado eletronicamente por **SÍLVIA MARIA PONTES DE CASTRO, Analista Judiciário**, em 28/04/2025, às 14:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA SANTOS SOUSA, TÉCNICA JUDICIÁRIA**, em 29/04/2025, às 08:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALINE CRISTINA SALES LOBATO, Técnico Judiciário**, em 29/04/2025, às 10:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIO HENRIQUE MOREIRA DOS SANTOS, Técnico Judiciário**, em 29/04/2025, às 10:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GISELIA CASTRO SILVA, TÉCNICA JUDICIÁRIA**, em 29/04/2025, às 10:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA NILDE ALENCAR DE LIMA COSTA, Assistente de Juiz**, em 30/04/2025, às 15:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [Autenticar Documentos](#) informando o código verificador **0230992** e o código CRC **1573B12C**.